

# **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TECNOLOGIA: AS NOVAS FORMAS DE CONTROLE DO TRABALHO**

Fabiane Santana Previtali  
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)/Instituto de História  
Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa (IHC/UNL). Apoio Fapemig, CNPq e  
Capes (2013-2014). E-mail: [fabianesp@netsite.com.br](mailto:fabianesp@netsite.com.br)

Cílon César Fagiani  
Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de  
Uberlândia (PPGED/UFU). Doutorado Sanduíche no Instituto de História  
Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa (IHC/UNL). Apoio Fapemig e Capes  
(2013-2014). E-mail: [cilsoncf@netsite.com.br](mailto:cilsoncf@netsite.com.br)

## **Resumo**

O artigo analisa o processo de inovação técnica no processo produtivo capitalista à luz da teoria marxista e tomando como referência para o debate a crítica à escola neo-schumpeteriana, fundamentalmente os autores C. Perez e C. Freedman. A síntese desse debate indica que o limite da abordagem neo-schumpeteriana está em não articular a mudança técnica à lei do valor, que é o que fundamenta historicamente o dinamismo tecnológico na ordem do capital. Os dados empíricos apresentados apontam para o crescimento da classe trabalhadora no mundo capitalista ao longo da década de 1990 e início do século XXI, porém, tal crescimento encontra-se assentado em novas relações laborais cujas características prevaletentes são o emprego flexível acompanhado de achatamento salarial e o discurso à qualificação.

## **Introdução**

A era da acumulação flexível (HARVEY, 1992; 2011) acarretou profundas modificações no mundo do trabalho entre elas um enorme desemprego estrutural e um crescente contingente de trabalhadores em condições de precarização e super-exploração, modificações estas conduzidas pela lógica societal voltada para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

Com a crise que se instaura na acumulação taylorista-fordista a partir da segunda metade da década de 1970 impõe-se para as empresas a necessidade de encontrar uma

força de trabalho mais complexa, mais heterogênea e mais multifuncional para ser explorada de forma mais intensa e sofisticada pelo capital (ANTUNES, 2000; 2002). Assim, o processo de reestruturação produtiva das empresas nada mais é que a reestruturação do capital, visando assegurar sua expansão e acumulação.

A cada passo dado na introdução de inovações técnicas e/ou organizacionais, há uma oportunidade para a destruição de formas de resistência ao controle do trabalho à exploração (MILKMAN, 1997; BIHR, 1998). Cada vez mais as empresas beneficiam-se da desregulamentação neoliberal do trabalho para modificar suas relações com a classe trabalhadora via intensificação dos processos de flexibilização envolvendo práticas como a da terceirização e subcontratação, do trabalho temporário e do trabalho em grupo e impondo fortes derrotas ao movimento sindical que havia nascido sob as práticas tayloristas-fordistas. Para Harvey (2011, p. 16), “[...] o neoliberalismo legitima práticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista”.

Tendo em vista esse quadro, o artigo analisa o processo de inovação técnica no processo produtivo capitalista à luz da teoria marxista e tomando como referência para o debate a crítica à escola neo-schumpeteriana, fundamentalmente os autores C. Perez e C. Freedman. A síntese desse debate indica que o limite da abordagem neo-schumpeteriana está em não articular a mudança técnica à lei do valor, que é o que fundamenta historicamente o dinamismo tecnológico na ordem do capital. Os dados empíricos apresentados apontam para o crescimento da classe trabalhadora no mundo capitalista ao longo da década de 1990 e início do século XXI, porém, tal crescimento encontra-se assentado em novas relações laborais cujas características prevaletentes são o emprego flexível acompanhado de achatamento salarial e o discurso à qualificação.

## **I. Inovação Técnica e Trabalho no Capitalismo**

Na visão de autores neo-schumpeterianos, com destaque para M. Freeman e C. Perez, a difusão de uma tecnologia está associada ao potencial que ela tem de transformar os setores da economia, assim como induzir à formação de novos setores, levando ao desenvolvimento de um novo paradigma técnico-econômico e constituindo um novo ciclo de desenvolvimento. O processo de inovação consiste, por um lado, no início de uma crise e, por outro lado, na sua recuperação à medida que os setores industriais, bem como as estruturas sócio-institucionais, vão adequando-se às inovações.

O regime tecnológico que predominou no pós-guerra, o taylorismo-fordismo, baseou-se nos baixos custos do petróleo e intensiva utilização de energia de materiais nos setores econômicos, particularmente o setor automotivo (MILKMAN, 1997; BIHR, 1998). Do ponto de vista da organização, em nível da planta difundiu-se a linha de montagem e, em nível da empresa difundiu-se a grande corporação, incluindo departamentos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e atuando em mercados oligopolizados. Quanto ao trabalho, esse regime requeria grande número de trabalhadores pouco qualificados, o chamado “operário-massa”, realizando tarefas parcelares, desprovidas de conteúdo e sentido para o trabalhador.

Ainda segundo a abordagem neo-schumpeteriana, a partir do final da década de 1970, as economias capitalistas avançadas iniciaram uma fase de transição para um novo paradigma tecnológico uma vez que um tipo de insumo básico, a tecnologia de base microeletrônica, passou a ser difundido rapidamente pelos setores econômicos. O período de nascimento de um novo paradigma é caracterizado pelos autores como de “transição”, no qual as mudanças econômicas requerem mudanças na estrutura institucional que, até então, adequava e regulava as relações sociais, econômicas e políticas no velho paradigma. No que se refere ao trabalho, destaca-se a formação de um mercado de trabalho mais flexível com exigências de maiores níveis de escolaridade e de novas habilidades.

Para esses autores, a crise nada mais é que um período de “ajustamento”<sup>1</sup> em que mudanças sociais e políticas, em âmbito institucional, são necessárias para a consolidação do novo paradigma e para a regulação da nova ordem.

Partilhando dessas visões, os governos de diversos Estados vêm desenvolvendo políticas de ajuste econômico e social que impactam diretamente na classe trabalhadora, retirando direitos duramente conquistados, reduzindo a seguridade social e tornando as relações de trabalho mais flexíveis. Dados da OIT (2012) mostram que a taxa de pobreza aumentou na metade dos países economicamente desenvolvidos e em 1/3 dos países de economia em desenvolvimento. A desigualdade também se elevou na metade dos países de economia desenvolvida e em um quarto nos países de economias em desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> Grifos nossos.

Ocorre que para os neo-schumpeterianos, a tecnologia assume uma posição de independência e autonomia sobre as relações sociais e institucionais, conferindo um caráter determinista e de neutralidade à explicação de um processo que não é somente técnico, mas de transformação social (TOMANEY, 1996; PREVITALI; FARIA, 2008). A relação entre mudança técnica e “ajuste” sócio-institucional confere uma posição de subordinação desta última à primeira, o que torna o conjunto das relações socioculturais e de classe dependentes de atributos técnicos, quando, na realidade, a técnica insere-se no contexto mais amplo do modo de produção capitalista e sua forma de acumulação (ANTUNES, 2013).

Cumprido destacar que no capitalismo o processo de trabalho consiste em um processo de valorização do capital, sendo o seu objetivo principal o aumento da produção da mais valia. A questão que se coloca para o capital é a de como aumentar a produção da mais valia independentemente do prolongamento da jornada de trabalho. Esse processo torna-se possível através da redução do tempo de trabalho necessário - a parte do tempo que o trabalhador utiliza para si mesmo - e aumento do mais trabalho, que corresponde ao tempo de trabalho para o capitalista. Dessa forma o capital aumenta a força produtiva do trabalho “[...] mediante mudanças nos meios de trabalho ou nos métodos de trabalho ou em ambos” (MARX, 1988, p. 238) e o processo de valorização do capital passa a se estabelecer através da mais valia relativa.

Portanto, o capital realiza a mais valia relativa através de um processo de mudanças nos meios de produção e métodos de organização do trabalho por meio da aplicação da tecnologia, que por sua vez, reduz o valor da mercadoria e da força de trabalho. Há um estímulo individual do capitalista para a redução do tempo de trabalho necessário que é o barateamento da mercadoria devido à concorrência dos demais capitalistas. A concorrência, assim, impele o capitalista a transformar as condições técnicas e organizacionais do processo de trabalho através da apropriação do saber dos trabalhadores (MARX, 1988).

Nesse sentido, o capitalista que introduz as inovações no processo produtivo tem a possibilidade de apropriar-se de maior parte da jornada de trabalho para o mais trabalho do que os demais capitalistas que ainda não o fizeram. Entretanto, essa mais valia extra, obtida quando o capitalista individual consegue obter maior lucro que os demais, desaparece à medida que a inovação se generaliza na economia capitalista (MARX, 1988). O aumento da força produtiva do trabalho estende-se pelos ramos da

produção, por um lado, barateando a mercadoria e, por outro lado, reduzindo o valor da força de trabalho.

Há, dessa forma, um estímulo intrínseco ao modo de produção capitalista que faz com que o capitalista queira investir em novas técnicas de produção e organização do trabalho, alterando o conjunto das forças produtivas (MARX, 1988). Submetida à lógica dos interesses do capital, a ciência, transformada em tecnologia, se converte numa poderosa alavanca de exploração do trabalho e, portanto, de reprodução do capital em escala ampliada (MARX, 1988; BRAVERMAN, 1981; ANTUNES, 2002).

Tem-se assim, uma complexa e contraditória inter-relação entre ciência e valor na medida em que seu potencial é limitado pela sua determinação de classe. Nesse sentido, de acordo com Antunes (2002; 2013) as teses que argumentam sobre a preponderância da ciência e da técnica como forças produtivas nas sociedades contemporâneas são passíveis de críticas, pois, ao mesmo tempo em que a ciência é liberada pelo capital para expandir-se ela é, em última instância, subordinada aos imperativos do processo de criação de valores de troca.

Para o autor, a teoria do valor reconhece o papel crescente da ciência, mas ressalta que a mesma encontra-se tolhida em seu desenvolvimento pela base material das relações entre capital e trabalho, não podendo, sob o capital, tornar-se a principal força produtiva no lugar do trabalho. Mandel (1985) argumenta que as escolhas sobre determinadas técnicas e não outras são feitas por razões de lucratividade pelos ramos específicos da indústria, ou melhor, pelas empresas líderes naqueles ramos, dependendo, portanto, das relações de poder no seio da sociedade capitalista.

Assim, a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais no processo produtivo é uma constante no modo de produção capitalista e nada tem de natural, neutra ou autônoma. Portanto, o grande limite da abordagem neo-schumpeteriana está no fato de não articular o conceito de paradigma tecnológico e mesmo da mudança técnica à lei do valor, que é o que fundamenta historicamente o dinamismo tecnológico na ordem do capital.

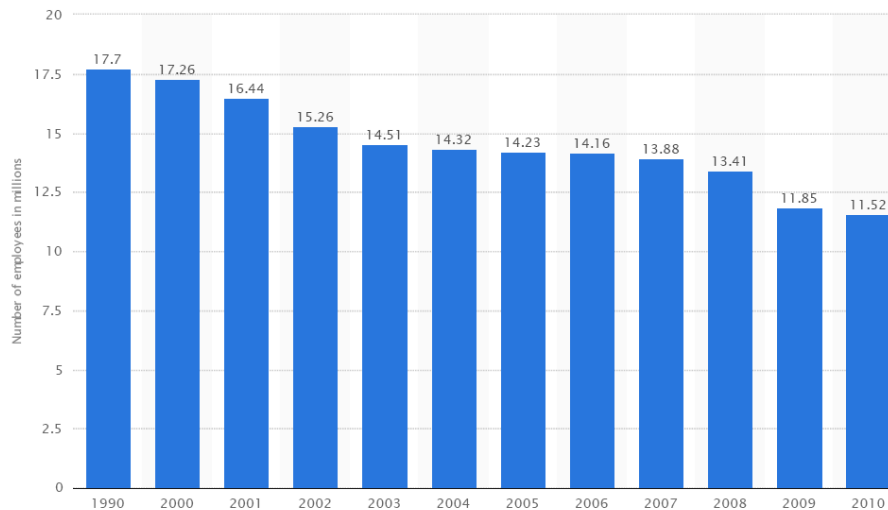
## **II. A Nova Sociedade do Trabalho**

Segundo a OIT (2013), há atualmente 202 milhões de pessoas desempregadas no mundo. Dentre os setores econômicos que mais sofreram com o desemprego, destaca-se

a indústria. Só nos Estados Unidos houve uma redução da classe trabalhadora nas indústrias na ordem de 35% no período 1990 a 2010 (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Numero de Trabalhadores nos Estados Unidos na Indústria:  
1990-2010.**

Number of employees in U.S. manufacturing from 1990 to 2010 (in millions)

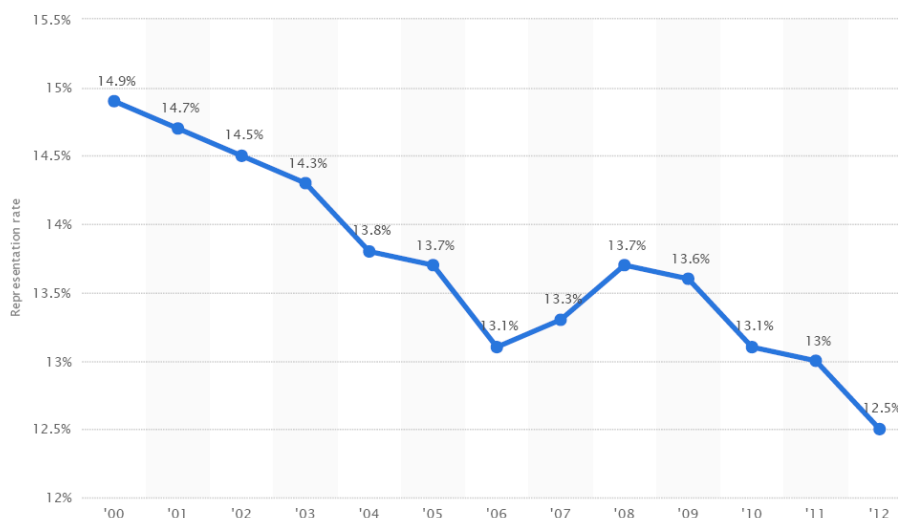


Fonte: Escritório de estatísticas do trabalho © Statista 2014

O desemprego, juntamente com as políticas neoliberais de desregulamentação, impôs fortes derrotas ao movimento sindical que havia nascido sob as práticas tayloristas-fordistas. No caso dos Estados Unidos, entre 2000 e 2012, as taxas de sindicalização foram reduzidas em 2,4 % (Gráfico 2).

**Gráfico 2 – Porcentagem de Trabalhadores Sindicalizados nos Estados Unidos: 2000-2012**

Percentage of employees represented by unions in the United States from 2000 to 2012

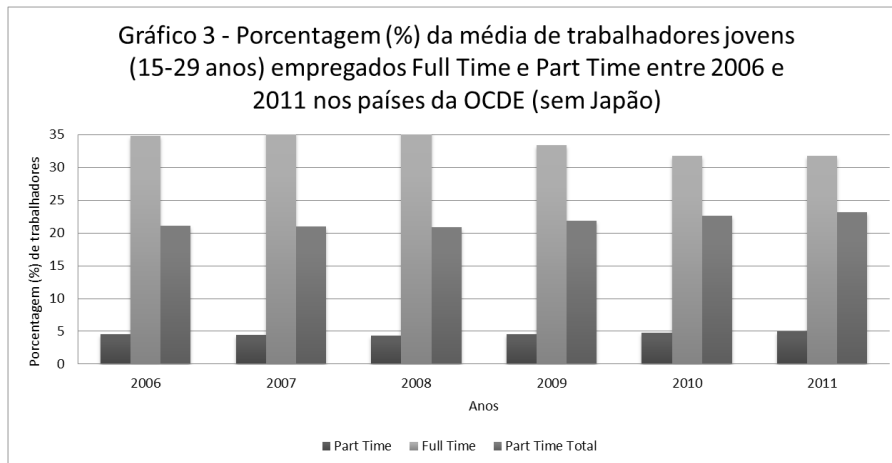


Fonte: Escritório de estatísticas do trabalho © Statista 2014

Vale dizer que desde o final dos anos 1980 as empresas estão modificando suas relações com a classe trabalhadora. A reestruturação produtiva tem implicado na tendência à redução do proletariado industrial, estável e especializado, que se desenvolveu na vigência do taylorismo-fordismo. Simultaneamente, observam-se novas formas de organização das cadeias produtivas via horizontalização e desconcentração do espaço físico produtivo, envolvendo práticas como a da terceirização e subcontratação, do trabalho temporário ou em curto prazo e em tempo parcial (ANTUNES, 2002; 2013).

A partir dos anos 1990 e fundamentalmente na década atual, apresenta-se uma tendência ao crescimento de trabalhadores *part time* e concomitante redução dos trabalhadores *full time* nos países da OCDE<sup>2</sup> (Gráfico 3).

<sup>2</sup> Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.



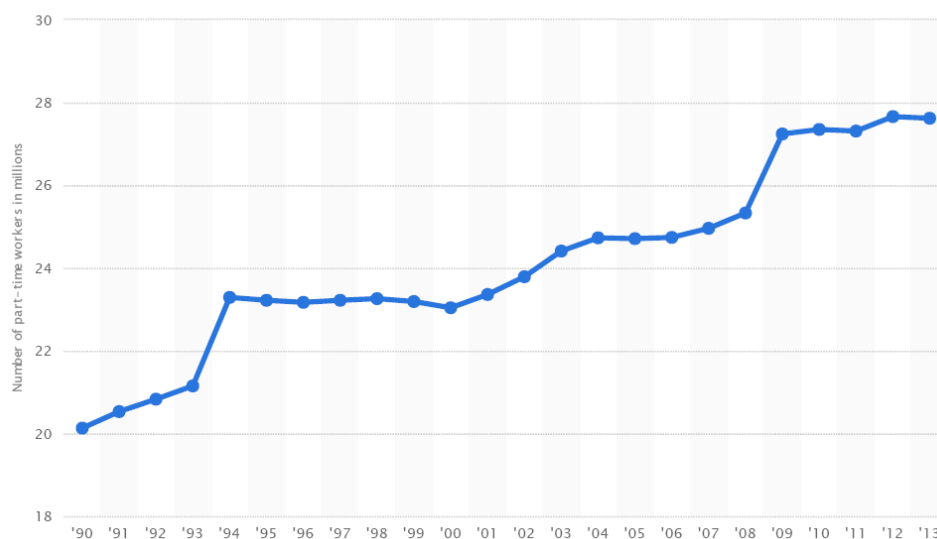
*Part Time* Total – Relação com o número total de trabalhadores

Fonte – Gráfico elaborado a partir do relatório da OCDE Education at a Glance 2013.

Especificamente nos Estados Unidos, o número de trabalhadores *part time* apresentou um aumento de aproximadamente 37% entre 1990 e 2013 (Gráfico 4).

#### **Gráfico 4 – Número de Trabalhadores part-time nos Estados Unidos: 1990 a 2013**

Number of part-time employees in the United States from 1990 to 2013 (in millions)



Fonte: Escritório de estatísticas do trabalho © Statista 2014

Essas estratégias, que correspondem às formas de controle do trabalho e dos sindicatos no âmbito das lutas de classes (BRAVERMAN, 1981), levam à fragmentação da força de trabalho, bem como ao achatamento dos níveis salariais, à desregulamentação do trabalho em nome da flexibilidade e à conseqüente redução dos



direitos trabalhistas. Segundo relatório da OIT (2013), dentre os trabalhadores empregados mundialmente, 375 milhões ganham menos de US\$ 1,25 por dia e outros 839 milhões recebem salários inferiores a US\$ 2.

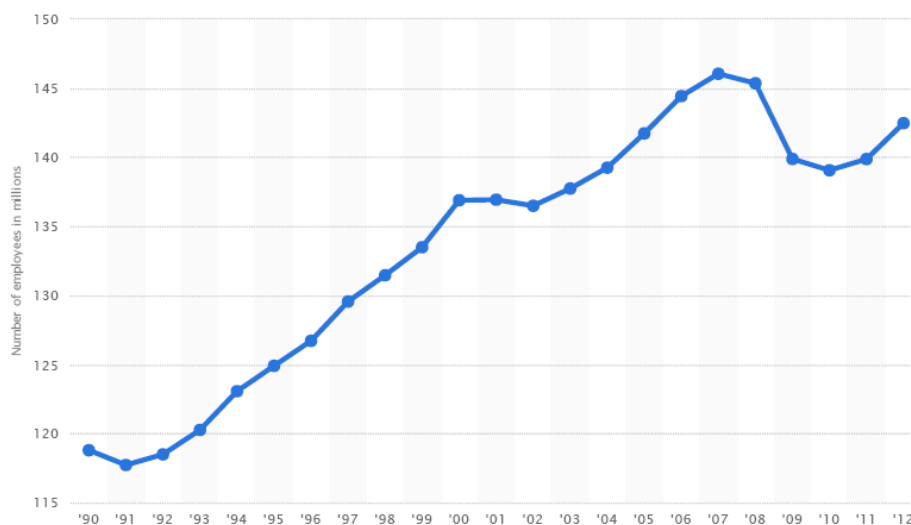
Ao mesmo tempo, a concentração de renda no mundo tem aumentado. Ainda de acordo com a OIT (2013), cerca de 10% da população mundial controla 86% dos ativos do planeta. Os 70% mais pobres controlam apenas 3%. As 85 maiores fortunas do mundo somam US\$ 1,7 trilhão, a mesma renda de metade da população. "As elites globais estão mais ricas e a maioria da população mundial está excluída", diz o relatório. Os dez países mais ricos da Europa mantêm fortunas equivalentes a todos os pacotes de resgate aos países da região entre 2008 e 2010. Nos EUA, 95% do crescimento gerado após a crise de 2008 ficou nas mãos de 1% da população.

Cumprido ressaltar que a classe trabalhadora tem aumentado significativamente nas sociedades contemporâneas, contrariando as teses que advogam o fim do trabalho e sua substituição pela técnica. O que se observa a partir das últimas décadas do século XX e início do século XXI é a construção de uma nova forma de racionalização do processo de trabalho. Nesse novo contexto, as mudanças tecnológicas e/ou organizacionais associadas ao toyotismo são apresentadas como as mais eficientes e racionais para o desempenho do processo produtivo, assim como a oportunidade de romper com os indesejáveis excessos da organização taylorista-fordista (PIORE; SABEL, 1984; WOMACH, 1989) uma vez que estariam possibilitando a recuperação da inteligência do trabalhador no local de trabalho.

Nos Estados Unidos o crescimento do emprego foi de aproximadamente 20% no período 1990 a 2012 (Gráfico 5).

### **Gráfico 5 – Nível de Emprego nos Estados Unidos: 1990-2012**

Employment level of the United States from 1990 to 2012 (in millions)



Fonte: Escritório de estatísticas do trabalho © Statista 2014

O que se tem presenciado é a formação de um novo modelo produtivo que tem gerado emprego associado às novas tecnologias, porém, com menores salários e em piores condições de trabalho, contribuindo enormemente para a concentração de renda.

De acordo com o Banco Mundial e FMI, o número de trabalhadores em escala global apresentou uma elevação de 70%, especialmente nos setores ligados à prestação de serviços, destacando-se a construção civil e de empregados domésticos (Tabela 1). No caso de Portugal, embora o governo apresente um discurso de diminuição de trabalhadores na máquina pública, o que se observa é a *substituição* de servidores concursados estáveis por servidores contratados por tempo determinado, implicando na precarização das relações laborais. No primeiro semestre de 2013, tanto a Administração Central como o Ministério da Economia e Emprego, aumentaram substancialmente o número de trabalhadores contratados.

**Tabela 1 – Crescimento da Classe Trabalhadora no Mundo entre 2002 e 2013 por setores econômicos e países**

Fonte	Ano e número de trabalhadores	Setor	Abrangência
Site <b>statista.com</b>	2002 – 3.505.919 2013 – 4.064.147	Fast food	Estados Unidos
Site <b>MTE</b>	2006 – 1.388.958 2011 – 2.762.156	Construção Civil	Brasil
<b>ITUC (site the guardian)</b>	2013 – 1.2 milhões 2022 – 2.2 milhões	Construção Civil	Qatar
<b>DGAEP (site diário liberdade)</b>	1º.sem.2013 (contratos) +6912(>68,5%) +7107(>101,5%)	Emprego Público (Administração central e Ministério da economia e emprego)	Portugal
<b>PORDATA</b>	1998 – 4.844 milhões 2012 – 4.635 milhões	População empregada	Portugal
Site <b>ISS</b>	2013 – 530.000	Serviços	Mundial (60 países)
<b>Apple (site statisticbrain)</b>	2009 – 34.300 2010 – 46.600 2011 – 60.400	Informática	Mundial
<b>OIT (site bbc)</b>	1995 – 33 milhões 2010 – 53 milhões	Domésticas	Mundial (sem dados da China)
<b>Banco Mundial / FMI</b>	1980 – 2.0 bilhões 2005 – 3.4 bilhões	Formal, informal, empregados, desempregados, permanentes e temporários.	Mundial
<b>Banco Mundial / FMI</b>	1980 – 225 milhões 2005 – 900 milhões	Global workers	Mundial

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego OIT – Organização Internacional do Trabalho  
ITUC – International Trade Union Confederation DGAEP – Direção Geral da Administração e do Emprego Público  
Global workers - Trabalhadores envolvidos com mercadorias e serviços p/ exportação ou que emigram p/ trabalhar

Fonte: A partir de dados do MTE, OIT, DGAEP e ITUC.

Sob a égide do trabalho multifuncional, combinam-se, m muitas vezes no mesmo local de trabalho, trabalhadores estáveis e terceirizados, labor intelectual e esforço manual (ANTUNES, 2013).

O trabalho altamente qualificado e intelectualizado fundado na mais valia relativa combina-se ainda, de forma complexa e contraditória, com o trabalho em condições de super-exploração e de precarização, intensivo na extração da mais valia absoluta, ao longo das mais diversas cadeias produtivas, de que é exemplo a agroindústria sucroalcooleira (PREVITALI; MORAIS; FAGIANI, 2013).

Assim, umas conjugações de elementos que incluem formas flexíveis de emprego e elementos subjetivos comportamentais se tornam fundamentais para assegurar o controle, a disciplina e o consentimento desse novo trabalhador no local de trabalho e também fora dele, uma vez que, a partir da nova configuração das bases materiais de produção estabelecem-se novas formas de relações sociais, culturais e educacionais.

Kuenzer (2003) ressalta que as características demandadas pelo novo trabalhador flexível envolvem o desenvolvimento de competências cognitivas superiores e de relacionamento, tais como: análise, síntese, criatividade, rapidez de resposta, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo e de liderar, gerenciar processos para atingir metas, trabalhar com prioridades, avaliar, lidar com as diferenças, enfrentar os desafios das mudanças permanentes e buscar aprender permanentemente.

A luta por especialização é incentivada pela ideia de que o novo trabalhador deve ser mais escolarizado e qualificado. A nova educação orienta-se pelo conceito de multifuncionalidade, flexibilidade e empregabilidade, tendo como consequência um processo de individualização da formação do trabalhador, pelo qual se indica que cada um é responsável por buscar suas competências, a serem alcançadas, segundo o ideário neoliberal, com o desenvolvimento das habilidades básicas, específicas e de gestão (MACIEL, PREVITALI, 2011).

Braverman (1981), afirma que o termo qualificação sugere o domínio de uma técnica apreendida após anos de treinamento. O autor cita o exemplo do cocheiro que além de ter habilidade com os animais precisava entender de carroça, do manejo de ambos, etc. Entretanto, ainda que o tempo necessário para tornar-se um bom cocheiro fosse muito maior do que o necessário para tornar-se motorista, este último é considerado mais qualificado.

Isso porque, com destaque Braverman (1981), a valorização da qualificação está sempre atrelada às necessidades momentâneas do mercado e não a apropriação de algum ofício, e, mais ainda, não traz nenhuma garantia de emprego para o trabalhador. Para o autor, trabalho qualificado/complexo vale como trabalho superior ao desqualificado/simples porque é a exteriorização da força de trabalho na qual entram os custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho, e por isto tem valor mais elevado. Se o valor desta força de trabalho é superior, ela se objetiva, nos mesmos períodos de tempo, em valores proporcionalmente mais altos.

### **III. Conclusão**

A inovação técnica deve ser compreendida como relacionada a diferentes práticas sociais que, por sua vez, são produto das relações de classe na luta pelo controle

do trabalho no capitalismo, uma vez que este é que gera o valor. A mola propulsora do capitalismo é o trabalho, que cria a tecnologia. Esta, por sua vez, tem seu potencial restringido pela sua determinação de classe, subordinada aos imperativos do processo de criação de valores de troca.

A realidade do local de trabalho vem sendo marcada por mais intensificação, flexibilização e precarização das condições de trabalho, exigindo-se do trabalhador flexível submissão às jornadas de trabalho prolongadas, às horas extras sem pagamento, pois se tornam bancos de horas para serem tiradas em folga quando a empresa precisar reduzir a produção, multifuncionalidade para executar diferentes tarefas e operar vários tipos de máquinas e equipamentos, além de aptidões que favoreçam a iniciativa, a cooperação e o trabalho em grupos.

Na medida em que o número de trabalhadores se eleva e a oferta de empregos diminui, intensifica-se a concorrência entre eles, tornando-a tanto maior, mais inatural e mais violenta. Por outro lado, o capitalista beneficia-se dessa concorrência intratrabalho empregando os mais qualificados por menores salários e benefícios, contribuindo para perda do sentimento de classe dos trabalhadores e para o achatamento generalizado da sua renda (MARX, 2010).

A consequência mais evidente desse processo é a crescente de individualização do trabalhador, fragilizando-o socialmente e contribuindo para o enfraquecimento das ações sindicais, ao mesmo tempo em que se torna fundamental a construção coletiva de novas práticas de resistência. Assim, as teses que advogavam a perda do significado do trabalho na sociedade estão longe de serem confirmadas.

O grande desafio que se apresenta hoje, tanto na teoria quanto na prática, está em apreender a relação de produção especificamente capitalista e compreender como vem ocorrendo o processo de exploração nas relações produtivas, buscando desmistificar as concepções de reintegração entre trabalho mental e manual, de substituição do trabalho pela ciência e de mais qualificação.

Para concluir, a realidade do trabalho contemporâneo resulta da forma que se desenvolve sob o capitalismo: a atividade humana é substituída pela máquina, “[...] mas lança parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas” (MARX, 2010, pag. 82).

## Referencias

- ANTUNES, R. A Classe Trabalhadora Hoje e a Nova Morfologia do Trabalho: informalidade, infoproletariado, imaterialidade e valor. IN: Varela, R. (coord). *A Segurança Social é Sustentável*. Lisboa: Bertrand Editora. 2013. p. 337-362.
- ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo. 2002.
- BIHR, A. *Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo. 1998.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.
- FREEMAN, C.; PEREZ, C. Structural Crises of Adjustment, Business Cycles and Investment Behaviour, IN: DOSI et all (Eds). *Technical Change and Economic Theory*. London: Pinter Publishes. 1988.
- GLOBAL EMPLOYMENT TRENDS FOR YOUTH 2013: A generation at risk / International Labour Office - Geneva: ILO, 2013.  
<http://www.ilo.org/global/research/global-reports/global-employment-trends/youth/2013/lang--en/index.htm>.
- GLOBAL ESTIMATE OF FORCED LABOUR. Annual Report ILO (2012). [www.ilo.org/forcedlabour](http://www.ilo.org/forcedlabour). Acesso: 5 de Jan. 2014.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola. 1992.
- HARVEY, D. *O Enigma do Capital: as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo. 2011.
- KUENZER, A. Z. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/252/boltec252b.htm>. 2003. Acesso em: 10 de Fev. de 2011.
- MACIEL, R. M. ; PREVITALI, F. S. . Impacto das Políticas Públicas do Trabalhador da Educação na Rede Estadual de Ensino de Patos de Minas / MG em 2011. *Revista Labor*. v. 6. 2011. p. 326-343.
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural. 1985.
- MARX, K. *O Capital*. Vol.1 2. São Paulo: Nova Cultural. 1988.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo. 2010.
- MILKMAN, R. *Farewell to the Factory: auto workers in the late twentieth century*. Los Angeles: University of California Press, Barkeley. 1997.

PIORE, M.; SABEL, C. *The Second Industrial Divide - possibilities for prosperity*. New York: Basic Books. 1984.

PEREZ, C. *Technological revolution and financial capital: the dynamics of bubbles and golden ages*. London: Cheltenham/Elgar, 2002.

PREVITALI, F. S.; Faria, A. F. Reestruturação produtiva e novas formas de controle no local de trabalho: a experiência da indústria de fumo em Uberlândia-MG. *Antíteses* (Londrina), v. 1, p. 5. 2008.

TOMANEY, J. A New paradigm of Work Organization and Technology?, IN: AMIN, A (Org). *Post-Fordism*. Oxford: Blackwell. 1996.

WOMACK et al. *The Machine that Changed the World*. New York: Rawson Associates. 1990.